

**EL DESARROLLO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Y DE HÉLIO JAGUARIBE:
dos conceptos sociológicos que cuestionan la política**

AVANCE DE INVESTIGACIÓN EN CURSO

GT17: PENSAMIENTO LATINOAMERICANO.
ALESSANDRO ANDRÉ LEME

RESUMEN

El debate sobre el desarrollo en América Latina y Brasil en particular desde la década de 1930, con los cambios en la economía, la sociedad y la política en Brasil. Además de la institucionalización de la ciencia, es decir, cambia una mirada interpretativa ensayista de una perspectiva científica en las humanidades eventualmente reemplazará la cuestión del desarrollo de los países subdesarrollados (periféricos). Uno de los debates es divisores de la CEPAL, cuyo desarrollo y una estrategia de desarrollo particular, la relación se presentan en el modelo estructural caracterizada por el centro y la periferia, la posición adoptada por los países a través de las condiciones estructurales en la división internacional del trabajo y las condiciones de la acumulación capitalista donde están. Desde la CEPAL debate muchas otras teorías y modelos explicativos se elaboran. Aquí presentamos dos de ellos y ambos centralizan el problema del desarrollo en la política, aunque de manera diferente. La crítica de Fernando Henrique Cardoso del estructuralismo de la CEPAL en los fundamentos de su teoría de la dependencia, donde la posición de los actuales pactos políticos entre las élites / nacionales y actores internacionales dan forma al modelo de dependencia y el desarrollo asociado. El debate de Helio Jaguaribe acerca de la relación el desarrollo económico con el desarrollo político, es decir, el mercado de la relación y el estado (planificación), o como la autora problematiza la relación entre un desarrollo espontáneo relacionado con el mercado y el desarrollo llamado "Bismarck" vinculado a políticas y al mismo tiempo que muestra una clase de arbitraje y dirigismo nacional. El debate analítico entre la noción de la política de Cardoso y Jaguaribe como fundamento explicativo / comprensión del desarrollo es nuestro propósito.

Palabras Claves: Pensamiento socio-político el Brasil; Fernando Henrique Cardoso, Helio Jaguaribe

RESUMO

O Debate sobre o desenvolvimento na América Latina e, no Brasil em particular a partir da década de 1930, com as transformações na economia, na sociedade, e na política brasileira. Assim como também pela institucionalização da ciência, ou seja, as mudanças de um olhar interpretativo ensaísta para uma perspectiva científica nas ciências humanas acabam por recolocar a questão do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (periféricos). Um dos divisores é o debate da CEPAL, cuja relação desenvolvimento e uma determinada estratégia desenvolvimentista se apresentam no modelo estrutural caracterizado pelo Centro e pela Periferia, posição assumida pelos países mediante suas condições estruturais na divisão internacional do trabalho, assim como pelas condições de acumulação capitalista em que se encontram. A partir do debate da CEPAL muitas outras teorias e modelos explicativos são elaborados. Aqui vamos apresentar duas delas e, ambas centralizam o problema do desenvolvimento na política, ainda que de forma diferente. A crítica de Fernando

Henrique Cardoso ao estruturalismo Cepalino nos fundamentos de sua teoria da dependência, onde a posição da política presente nos pactos entre elites/atores nacionais e internacionais configuram o padrão de dependência e desenvolvimento associado. O debate de Hélio Jaguaribe sobre a relação do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento político, ou seja, da relação mercado e estado (planejamento), ou como o autor problematiza, na relação entre um desenvolvimento espontâneo vinculado ao mercado e um desenvolvimento chamado “Bismarckiano” vinculado à política e evidenciando simultaneamente uma arbitragem de classes e um dirigismo nacional. O debate analítico entre a noção da política em Cardoso e Jaguaribe como fundamento explicativo/compreensivo do desenvolvimento é nosso propósito.

INTRODUÇÃO

As questões acerca do desenvolvimento e as ciências sociais no Brasil, em particular e, na América Latina como um todo, só faz sentido quando analisadas a partir das condições históricas próprias da periferia latino-americana. Por outro lado, do ponto de vista metodológico, ainda que as ciências sociais mantenha autonomia quanto às demais ciências humanas, o debate e interface com a economia se faz necessário.

É o debate com as análises econômicas, ou história das ideias econômicas que as ciências sociais vão encontrar seu principal viés analítico e crítico. Partindo como referência da distinção feita por Schumpeter na obra “History of Economic Analysis¹” (1954), entre o objeto de estudo centrado na *history of economic analysis* e o centrado na *history of systems of political economy*. Tanto a economia, como as ciências sociais (sociologia em particular) estariam voltadas para estudos do segundo tipo, ou seja, ambos os campos do conhecimento partem de princípios similares, ainda que com trajetórias e respostas distintas. Apenas para ilustrar essa problemática evidencia-se o Caso da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, célebre instituição voltada para os problemas latino-americanos e que, reuniu pensadores e gestores da economia, sociologia, ciência política e história.

Por sua vez, a crítica econômica e/ou sociológica sobre os rumos e teorias sobre o subdesenvolvimento, o problema da industrialização, da modernização e a própria inserção do país na divisão internacional do trabalho vai ter como referência aos constructos da CEPAL, ainda que, muitas vezes em discordância.

Desde o debate com forte influência Cepalina, a partir da década de 1950, no Brasil, o tema das escolhas e estratégias para o desenvolvimento nacional estiveram na pauta. Em parte, tal debate caracterizava embates entre nacionalistas e favoráveis à abertura ao capital estrangeiro (crescer para dentro ou crescer para fora). Mas também entre estatistas e privatistas, além de outras questões centrais às discussões da época.

Neste sentido, o debate sobre o desenvolvimento, ou sobre quais estratégias serão adotadas para atingir o tão propalado desenvolvimento, passa necessariamente pela questão das estratégias econômicas, tendo em visto, os fatores endógenos e os exógenos (em termos de atores, classes e instituições). Assim como também pelas possibilidades e limites de integração do país num mundo globalizado.

Muitos autores estabeleceram o debate pelo qual o desenvolvimento se vinculava a transição de um modelo primário-exportador para um modelo urbano-industrial. Tal transição ou mudança de estratégia representava simultaneamente uma nova configuração econômica, social, política e cultural. Uma vez que incidia diretamente tanto sobre a forma de organização e reprodução do capital no tempo

¹ Aqui utilizamos a edição de 1994.

e no espaço, como também redefinia as formas e estilos de vida, enfim, a reprodução social dos indivíduos, dos grupos ou classes sociais de um determinado país.

Dos autores inseridos nesse debate citamos Fernandes (1981), Ianni (1986), Oliveira (1988), Tavares (1983), Cardoso (1971 e 1993), entre outros que problematizam a transição do modelo primário-exportador para o urbano-industrial enfatizando tanto as dimensões políticas quanto econômicas do desenvolvimento. Ou seja, o tipo de relação a ser estabelecido entre o Estado e a Sociedade no Brasil, assim como, o tipo de condução da política econômica (voltada para dentro ou para fora – nos dizeres Cepalinos) são expressões das estratégias adotadas para o desenvolvimento econômico (e social) brasileiro.

Muitas foram às variações entre crescimento econômico numa relação assimétrica de poder e de reprodução do capital, como a propalado pela Cepal na clássica nomenclatura Centro/Periferia. Outros partiram do crescimento em condições de dependência das demandas externas pelos produtos nacionais, ou ainda, o crescimento como condição da abertura ao capital estrangeiro, ou mesmo de fortalecimento do capital nacional.

Enfim, são muitas as abordagens que ao tratar das estratégias para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (ou emergentes ou em desenvolvimento) evidenciam que pensar o desenvolvimento econômico e social de um país implica em compreender quais estratégias, atores, grupos e classes fazem parte desse processo. E mediante quais embates, conflitos e consensos às estratégias para o desenvolvimento se configuram como hegemônicas em um determinado período histórico.

Destacamos os trabalhos de Rodríguez (2009) que resgata todo esse debate na América Latina por meio da influência do “olhar” Cepalino, ou seja, estruturalista (valorização dos antecedentes históricos, das conjunturas – estrutura e ação na análise social) para pensar o desenvolvimento econômico, social e político da região.

Segundo Bielschowsky (1998) o problema do desenvolvimento latino-americano e brasileiro em particular se insere dentro do enfoque histórico-estrutural, marcado pelo binómio centro-periferia, mas também pelas análises da inserção internacional, pelas análises dos condicionantes estruturais internos e pelas análises das necessidades e possibilidades de ação estatal.

Na análise desse processo histórico pode-se evidenciar que a questão do desenvolvimento e, as ciências sociais, iniciam-se em meados da década de 1940 e, principalmente, na década de 1950 com o problema da industrialização; na década de 1960 o problema passa a ser o das reformas necessárias a continuidade da industrialização para rupturas dos estrangulamentos presentes.

Na década de 1970 reorienta-se a questão para o problema da industrialização pró-exportadora. Na década de 1980 ganha força o problema do endividamento externo e quais os ajustes necessários para o crescimento e, na década de 90 ganha força o ideário neoliberal.

Todo esse processo marca também a investida sociológica contra o reducionismo do problema como uma questão exclusivamente econômica, ou seja, não se pode tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Por outro lado, as análises estruturais de influência Cepalina vão ser criticadas por darem pouco peso às condições internas, mais precisamente, a peculiaridade das estruturas de classes endogenamente aos países latino-americanos.

Bresser-Pereira (1982) tenta problematizar o desenvolvimento como questão central para se pensar o Brasil, principalmente a partir do século XX. Para tal, cria um modelo que agrupa diferentes autores e intelectuais (sociólogos, economistas, historiadores, cientistas políticos, entre outros) em seis chaves interpretativas do Brasil.

Essas Interpretações centram-se nos vínculos das classes e frações de classes em conflito e em associação na sociedade brasileira, principalmente a partir do império e de forma mais expressiva a partir da década de 30 do século XX.

Num primeiro momento a análise volta-se para a divisão da Burguesia Mercantil entre os setores exportadores e os setores de substituição de importações, onde a Burguesia se reproduz por meio do comando das massas de capital ou como rentista (juros e aluguéis).

Tratando-se de análise de sociedades de classes, é preciso identificar os atores e os não atores, ou seja, quem compõe e tem alguma força social, política e econômica e os que, ainda que portadores de forças sociais e políticas, num primeiro momento apresentam pouca relevância para os processos de transformação. Os atores podem ser identificados pela presença na formação de Classes, a saber:

- a) burguesia mercantil especulativa;
- b) pequena burguesia industrial;
- c) classes médias urbanas – tecnoburocracia civil e militar.

E os não atores podem ser identificados nesse primeiro momento como os subalternos e marginalizados dos processos sociais, a saber:

- a) trabalhadores rurais;
- b) trabalhadores marginais urbanos.

É desta primeira aproximação que Bresser-Pereira (1982) elabora a sua construção analítica e intelectual do Brasil em Seis possíveis constructos, tal como segue:

- a) Interpretação da Vocação Agrária;
- b) Interpretação Nacional-burguesa;
- c) Interpretação Autoritário-modernizante;
- d) Interpretação Funcional capitalista;
- e) Interpretação da Superexploração imperialista;
- f) Interpretação da Nova dependência.

Dentro desse debate acerca das interpretações do Brasil, segundo Fernando Henrique Cardoso (1995), o desenvolvimento seria o mais político dos temas econômicos, para tal o autor decorre sobre o tema em seu vínculo privilegiado que é o da dependência. Nessa caracterização o próprio conceito de desenvolvimento estaria sujeito à redefinição e/ou entendimento segundo os autores e as abordagens que dele fazia uso. O tempo histórico também é um fator que ajuda nessa redefinição do conceito, conforme alteram as condições materiais ou de existência dos Estados Nacionais em suas respectivas relações comerciais, de classes e da estrutura social como um todo o desenvolvimento enquanto conceito explicativo ou compreensivo também se modifica.

Durante a década de 1960 o desenvolvimento se insere como fator explicativo ou compreensivo em duas grandes vertentes teórico-metodológicas, ainda que ambas apresentem certa unidade na caracterização do progresso material. A primeira identifica o desenvolvimento com o crescimento econômico como o centro do processo social, onde as melhorias das condições de vida e dos padrões sociais seriam o resultado natural desse processo.

A segunda caracterizada em geral como Dependendista, ainda que contemple inúmeros autores e vertentes, às vezes antagônicas entre si, apresenta um debate mais complexo ao entender que a participação do jogo político tinha capacidade de intervenção tanto para a organização do crescimento econômico como também para (*re*)definição dos rumos e da estrutura social, embora os efeitos pudessem ser diferenciados conforme a classe ou parte da estratificação da sociedade.

Outra característica vinculada e articulada pela teoria da dependência era o debate e a crítica acerca da inserção internacional dos países em condição concreta de dependência, ou nos dizeres de Cardoso (1995) “*dos países sobre as modalidades concretas de desenvolvimento*”. Desse debate, três aspectos se destacam como relevantes para a análise crítica, mas também para a inteligibilidade do conceito de desenvolvimento, principalmente no espaço Latino-Americano, ou seja, a ideia de certo progresso material (econômico e social); a condição de dependência (assimetria de poder no sistema internacional) e o papel ou fator Estado para esse processo como condutor ou facilitador tanto dos progressos materiais como sociais mediados na constante relação de conflito e consenso no plano endógeno e exógeno.

O Estado, por sua vez, ainda apresentava a particularidade de não vincular a sua condição de movimento e atuação ao regime democrático, ou seja, independente do regime, ou de ausência de democracia, ou comumente ocorria, com a presença do autoritarismo, o mesmo era ator central para se pensar o desenvolvimento, cuja concretude espelhava o progresso material, a substituição das importações, a industrialização e a modernização, por exemplo.

Octavio Ianni (2002) ao problematizar sobre os tipos e mitos do pensamento brasileiro acaba por reforçar como o tema econômico, do desenvolvimento contaminou não somente a prática do Estado, mas também a forma com que se pensava o país. Para o autor o pensar sobre o Brasil implica constante articular o passado, o presente e o futuro, ou seja, o que foi? O que tem sido? E o que poderá ser? Sempre está dialeticamente contido nas interpretações do país, especialmente nas discussões acerca do desenvolvimento, tema esse que tangencia as possibilidades de inelutabilidades do Brasil, especialmente a partir da década de 1930.

Mediante o alcance e a diversidade de interpretações, sejam na sociologia, na ciência política, na economia e na história, sobre a caracterização do subdesenvolvimento latino americano e brasileiro em particular, ou do problema do desenvolvimento e do desenvolvimentismo perseguido nesses países, da transição de um modelo primário exportador para urbano e industrial (do arcaico ao moderno), das teorias da modernização. Expondo de outra maneira, sejam interpretações sobre influência da abordagem funcionalista, weberiana e marxista, em suas múltiplas vertentes estruturais, histórico-estrutural, funcional, funcional estrutural ou mesmo centrada na ação racional e estratégica do empresariado nacional foram algumas das principais caracterizações das interpretações sobre a América Latina e, o Brasil em particular, que pautaram o debate entre as décadas de 1950 a 1970.

Para fins de reflexão neste trabalho vamos analisar dois autores brasileiros que tiveram muita importância no debate nacional e latino americano, quais sejam: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o cientista político Hélio Jaguaribe.

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Problematizar sociologicamente a partir da obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso tornou-se tarefa das mais difíceis, não pela complexidade dos textos, ou de acesso aos mesmos. O fato de Fernando Henrique além de atuar uma parte de sua vida na academia, na universidade, ele também participou ativamente da política, sendo ministro de Estado e chegando a ser Presidente do Brasil por dois mandatos. Este fato em si já é complicador quando se pretende reler e reinterpretar o autor, isto porque não faltam leituras “apaixonadas” e partindo da política neste processo, seja para fazer elogios ou para criticá-lo.

Há várias maneiras de se investigar um autor e sua respectiva obra, quando portador da particularidade de Fernando Henrique Cardoso, qual seja: a de ter apresentado um protagonismo na academia (universidade e demais círculos da intelectualidade) e na política (ocupando cargos no Estado e, no caso em questão, sendo presidente da República). Aqui vamos evidenciar quatro, não necessariamente excludente entre si.

Poderíamos pensar em uma maneira dialética e de totalidade, onde a obra e o autor são lidos (interpretados) no espaço e no tempo, ainda que com contradições, como um processo. Citamos aqui nesta possibilidade autores que ao analisar a obra de Fernando Henrique Cardoso acaba por vincular o dito (sociologia) e o feito (presidência) num único movimento, assim o teórico da dependência, ou de um tipo histórico de estratégia para o desenvolvimento seria também o executor de um tipo historicamente determinado de dependência, ainda que em outra conjuntura e sobre influência de outros conceitos (globalização, neoliberalismo e etc.).

Uma segunda possibilidade seria sustentada na caracterização Weberiana, onde a ética da responsabilidade marcaria o tipo de racionalidade da política e a ética de condição caracterizaria o tipo de racionalidade da ciência. A ideia central aqui é a de que Ciência e Política seriam vocações distintas,

inclusive do ponto de vista da estruturação ocupacional, onde padrões de racionalidade imperam com sentidos e motivos distintos.

A terceira poderia ser caracterizada pelos estudos de trajetória (intelectuais), onde a posição relativa que a ator/agente possui num determinado campo (político ou intelectual) está vinculada não somente ao seu estilo de vida, mas principalmente aos capitais que possui. Seria os capitais (culturais, simbólicos ou políticos) que o agente traria inscrito no habitus o componente fundamental para definir a posição relativa que o mesmo ocuparia num determinado campo, hierarquizando e estabelecendo estratificações de poder e dominação a partir daí.

Evidentemente que há outras maneiras e formas de lidar com o problema do autor/ator, apenas ilustramos três facilmente encontradas nas revisões bibliográficas analíticas, críticas ou mesmo empíricas sobre Fernando Henrique Cardoso.

Uma quarta possibilidade também se apresenta de forma consistente na revisão bibliográfica sobre o autor, ainda que fundamentada por diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Qual seja: a investigação a partir de temas específicos na obra no autor, como por exemplo, a questão do empresário, a questão do negro e a questão do capitalismo brasileiro (desenvolvimento e dependência, por exemplo). Neste tipo de investigação soma-se a revisão bibliográfica as análises documentais e de acervos sobre a temática em questão. No caso do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, a digitalização de sua obra (livros, artigos, entrevistas e etc.), formando um imenso acervo virtual no Instituto Fernando Henrique Cardoso é de extrema importância. Uma espécie de fazer sociologia a partir das ideias, da história, das trajetórias, enfim, visa visitar o autor pela obra via pesquisa em diferentes fontes, porém, sem perder de vista o contexto, a posição e instituições de pertencimento do autor.

Aqui neste paper vamos centrar esforços na análise dos textos (artigos e livros) de Fernando Henrique Cardoso sobre a temática da dependência e do desenvolvimento. Mais precisamente, vamos voltar nossas reflexões para a produção bibliográfica produzida majoritariamente entre as décadas de 1960 e 1970. Utilizaremos apenas como aporte analítico obras ou textos mais recentes do autor.

Cardoso e Faletto (1970) definem assim no prefácio do livro “Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica” o objetivo do mesmo:

“...é esclarecer alguns pontos convertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram soberania...falar da América Latina sem especificar dentro dela as diferenças de estrutura e de história constitui um equívoco teórico de consequências práticas perigosas” (CARDOSO E FALETO, 1970:7).

Neste sentido, Cardoso e Faletto nesta obra visam elaborar uma interpretação sociológica centrada na abordagem histórico-estrutural. O conceito de processo histórico-estrutural nos parece aqui particularmente interessante por permitir, no âmbito metodológico, a necessária fusão entre *estrutura* e *história* na análise social. Isto porque, sob tal perspectiva, as estruturas são concebidas como produto da luta social e como resultado da imposição social, sendo, deste modo, analisadas diante de processos.

“a idéia de que existe uma explicação histórico-estrutural tem a ver com o processo de formação das estruturas e, simultaneamente, com a descoberta das leis de transformação dessas estruturas. Trata-se de conceber as estruturas como relações entre os homens que, se bem são determinadas, são também (...) passíveis de mudança, à medida que, na luta social (política, econômica cultural), novas alternativas vão se

abrindo à prática histórica. Neste sentido, o objeto da análise não se reifica em atores, mas se dinamiza em conjuntos de relações sociais.” Cardoso (1995: 97).

Do ponto de vista dos procedimentos teórico-metodológicos o autor declara textualmente que a fonte é na dialética marxista. Cardoso faz referência a esta escolha de fonte metodológica não somente para tratar do fenômeno da dependência e do desenvolvimento, mas também para tratar dos estudos sobre o capitalismo e a escravidão no Brasil, enfim, o autor entende que este procedimento metodológico é o mais adequado para se fazer análise sociológica a partir do concreto.

As análises concretas seriam então um produto simultaneamente da prática e da reflexão teórica. Por isto, quando Cardoso (1993) enfatiza que as análises sobre a dependência devem partir de “situações concretas” e ser referenciadas numa “análise concreta”, o procedimento inscrito nesta construção é o contido na Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx, cuja parte que melhor expressa este procedimento é: “*o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isto o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida...*” (MARX, 1991:16).

Para Cardoso, 1993, esse esforço metodológico reflete a busca da elevação do particular para o geral, onde as relações parciais acabam se determinando de modo a gerar sínteses que expressam o todo, a totalidade: “*em síntese as análises concretas supõe a elaboração dos conceitos que permitem organizar a unidade do diverso...está unidade não apaga as diferenças, não dissolve as particularidades na abstração representada por ideias gerais*” (CARDOSO, 1993:92).

Uma vez tendo definido os procedimentos teórico-metodológicos pelos quais Cardoso iria se debruçar na análise sociológica, o autor contextualiza o tema do desenvolvimento, principalmente nas interpretações de influência Cepalina, funcional, teoria da modernização e marxista. Ao diferenciar-se de ambas, propõe outra possibilidade interpretativa.

Neste sentido pode afirmar que Cardoso percorre a respectiva trajetória argumentativa, a saber: crítica às teorias modernizadoras e de etapas do desenvolvimento; crítica à teoria da superexploração imperialista; assume a influência marxista, porém em diálogo com outras abordagens analíticas e evidencia a problematização do nacional e do internacional na reprodução social, política e econômica do Brasil.

Como principais aspectos dessa interpretação destaca-se que a dependência consiste em evidenciar os determinantes externos (imperialistas) relacionados com os determinantes internos (estrutura de classes); que há uma associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com a tecnoburocracia estatal (civil e militar) e, que o desenvolvimento dependente e associado se vincula as assimetrias de poder e de capital internacionalmente.

Como evidenciado, Cardoso ao vincular que os países da América Latina, e o Brasil em particular, apresenta uma situação concreta passível de ser intitulada a partir do desenvolvimento e dependência associada, onde a configuração do capitalismo em esfera global e sua respectiva divisão internacional do trabalho seria um fenômeno propriamente político, em que a dimensão econômica possui uma expressão relevante.

Ainda que o problema das relações entre Estados, entre Nações continuassem relevantes na Divisão Internacional do Trabalho, seriam as relações de classes, no plano interno e na relação do endógeno com o exógeno o aspecto fundamental para se pensar o desenvolvimento dos países. Daí a interpretação de que apesar de dependente, ou de assimetricamente com menos poder e, com menos capacidade de se apropriar dos ganhos de produtividade os países em situação de dependência (Brasil em particular), mediante pactos entre as elites políticas e econômicas locais com as elites estrangeiras, apesar de não corrigir todas as assimetrias internas, poderiam provocar um tipo determinado de desenvolvimento associado.

NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO EM HÉLIO JAGUARIBE

Hélio Jaguaribe de Mattos, ou simplesmente Hélio Jaguaribe como conhecido aqui no Brasil é um importante cientista social, formado em Direito pela Pontifícia Católica do Rio de Janeiro em 1946. Porém, sua contribuição ao debate acadêmico e intelectual do país se deu a partir da Ciência Política em diálogo com a economia e sociologia.

Durante a década de 1950, Jaguaribe foi fundamental para a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. A partir de 1949, Jaguaribe a frente do Jornal do Commercio/Rio de Janeiro onde apresentava algumas ideias e reflexões sobre o Brasil, seus problemas e crises a serem superadas, sejam nos aspectos econômicos, políticos ou sociais.

No ano de 1952 vários intelectuais das ciências sociais brasileira presentes no eixo Rio de Janeiro e São Paulo começam a se reunir de forma sistemática no Parque Nacional de Itatiaia para discutir os problemas do Brasil. O primeiro nome do grupo acaba sendo Grupo Itatiaia. O local do encontro, das reuniões do grupo foi escolhido estrategicamente por estar no meio entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, cidades que contemplavam os intelectuais vinculados ao grupo.

Os intelectuais do Rio de Janeiro eram: Hélio Jaguaribe, Candido Mendes de Almeida, Alberto Guerreiro Ramos, Oscar Lourenço Fernandes, Ignácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Israel Klabin, Cid Carvalho, Fábio Breves, Ottolmy da Costa Strauch, Heitor Lima Rocha e Rômulo Almeida, entre outros.

Os intelectuais de São Paulo eram: Vicente Ferreira da Silva, Ângelo Simões de Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto, Miguel Reale e Luigi Bagolin, entre outros.

A composição do Grupo Itatiaia caracterizava-se por diferentes orientações Ideológicas e Políticas, ou seja, seus membros não tinham unidade teórica, pelo contrário, compunham-se de intelectuais das mais diversas filiações teóricas, weberiano, marxistas, culturalistas, entre outras. Todavia, atuavam em conjunto em função do problema da necessidade de aceleração do processo de Desenvolvimento Econômico Brasileiro, ou seja, o tema, ou questão do Desenvolvimento acabava por unificar o grupo (ao menos por um período). Era pretensão do Grupo Itatiaia o assessoramento governamental via elaboração de projetos e propostas que visassem a superação do atraso econômico brasileiro.

Para estruturar as atividades do Grupo Itatiaia, criou-se um Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, financiado com recursos provenientes de Hélio Jaguaribe em 1952. O IBESP passa a publicar a Revista Cadernos do Nosso Tempo para veicular as ideias do grupo. Em 1955 o IBESP se transforma em ISEB, vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura, embora com dotação orçamentária muito baixa. O marco fundador foram às conferências reunidas sob o título de “Introdução aos problemas brasileiros”

O ISEB era organizado em cinco departamentos:

- a) Ciência Política: Hélio Jaguaribe
- b) Economia: Ewaldo Correia Lima
- c) Filosofia: Álvaro Vieira Pinto
- d) História: Candido Mendes
- e) Sociologia: Guerreiro Ramos

No ano de 1956 o ISEB começa a ofertar cursos regulares no MEC. Porém, o ISEB vai passar por uma crise no ano de 1958, decorrente do livro “O nacionalismo na atualidade brasileira” de Hélio Jaguaribe. O principal fator da discordância foi o debate entre Jaguaribe e Guerreiro Ramos acerca da importância do capital estrangeiro e da privatização do setor petroquímico para o desenvolvimento brasileiro – embate entre um capitalismo nacional ou capitalismo a partir do capital estrangeiro. Deste processo resultou à saída de ambos do ISEB.

A partir daí, pode-se resumidamente descrever o funcionamento do ISEB por períodos curtos vinculados a uma determinada forma de atuação. O período de 1959-1960 o ISEB centra-se nos cursos extraordinários e com forte influência dos setores organizados da sociedade civil – sindicalistas, estudantes e setores militares, por exemplo. No período de 1961-1964 pode ser caracterizado por maior engajamento social e político e também pela sua extinção. O envolvimento do ISEB na campanha pelas Reformas de Base proposta por João Goulart – 1961-1964 é aspecto central para a extinção do ISEB, que desde a formação, enfrenta dificuldades financeiras, ou seja, sempre teve um aporte financeiro muito restrito (TOLEDO, 2005).

Apesar de fases distintas o ISEB centra-se no problema do capitalismo brasileiro, ou no desenvolvimento brasileiro via planejamento e investimento estatal, o papel do Estado na promoção capitalista/industrial brasileira é central. Também visa a reflexão intelectual com a prática das políticas governamentais.

Todavia, os debates e reflexões sobre o ISEB no Brasil ocupou um espaço relevante da intelectualidade do país. Tal como o ISEB que era composto por intelectuais, em sua maioria não acadêmica e de diferentes orientações teóricas, assim como também por várias correntes ideológicas. A crítica e reflexão sobre o ISEB também contou com uma diversidade muito grande de orientações teóricas, com isto as leituras do que foi o ISEB, sua importância ou mesmo suas Ideologias foram problematizadas por autores de abordagens teóricas muito distintas. Teve importância neste debate crítico Toledo, 1977, Abreu, 1975, Pereira, 1998, Bresser-Pereira, 2004, entre outros. As publicações sobre o ISEB ou sobre os autores Isebilianos facilmente passam de uma centena no Brasil.

Não visamos aqui, esgotar o debate acerca da relação do ISEB com Hélio Jaguaribe, apenas estamos contextualizando a trajetória do autor, no qual a criação, debate, crise e extinção do ISEB são aspectos fundamentais.

Por um lado, Hélio Jaguaribe (e sua atuação no ISEB em particular) vai centrar seus esforços analíticos e intelectuais sobre os problemas brasileiros da década de 1950, onde a questão do desenvolvimento econômico e políticos são peças-chaves. Neste percurso o autor vai se apoiar muito mais na influência germânica do que francesa (dos intelectuais do passado) para suas reflexões.

Jaguaribe identificava uma crise das ideias no século XX a partir da observação da Europa, todavia, sua atenção maior voltou-se para o Brasil, entendido como partícipe da crise ocidental. Neste sentido, as análises do autor, principalmente referente ao crescimento das cidades e a expansão da indústria era resultado da desagregação da economia rural baseada no latifúndio. Segundo Weffort (2006), esse descompasso entre o rural e o urbano-industrial no que concernem as necessidades sociais e culturais na perspectiva de Jaguaribe reforça a importância da cultura na análise sobre os problemas do Brasil.

Jaguaribe, ao apoiar sua ciência política e sociologia com a perspectiva econômica embasada em Celso Furtado, identificou que alguns fatores históricos funcionaram como condicionantes para as mudanças que começaram a ocorrer de maneira mais intensa a partir da década de 1930. Fatores como a lei de repressão ao tráfico de escravos (1850) e a lei da abolição da escravatura (1888), além das reorientações econômicas decorrentes da crise de 1929, levariam o Brasil a perseguir uma trajetória cada vez mais centrada no mercado interno, ou seja, estariam dadas as condições para transferir para dentro do país a dinâmica da economia (WEFFORT, 2006).

Outros fatores também corroborariam para o autor ao dificultarem a importação dos produtos/mercadorias necessárias ao consumo interno no Brasil. Seriam eles, as guerras mundiais (primeira e segunda) e as crises cambiais. Neste processo de crise, a indústria passa gradativamente a substituir as importações de bens de consumo e, em posteriormente, dos bens de produção.

Hélio Jaguaribe divide a história do Brasil em 3 níveis de desenvolvimento, o primeiro e mais longo (cerca de três séculos e meio) foi a condição de colônia. O segundo, a partir de aproximadamente 1850 até meados da década de 1930 seria caracterizado pela fase semicolonial. Da década de 1930 para

frente o país entraria na fase do desenvolvimento nacional, marcado pela intensificação do urbano e do industrial.

Porém, esta terceira fase de desenvolvimento nacional no Brasil também seria portadora de contradições ou de incertezas, se por um lado, o passado, a história e as transformações pelas quais o país passou desde colônia foram fundamentais para o surgimento do desenvolvimento nacional, também trouxeram pontos de estrangulamentos (econômicos e sociais) capazes de bloqueá-lo ou mesmo abortá-lo. No plano político, das instituições também havia pontos de estrangulamentos, principalmente na lentidão do Estado dar respostas, ou pela permanência da chamada política de clientela, uma persistência do patrimonialismo num Estado que adquire padrões de racionalidade burocrática.

Para Jaguaribe haveria no Brasil um descompasso e estrangulamento entre a formação da poupança e a aplicação de investimentos com as chamadas necessidades econômicas e sociais da população em geral. No aspecto social em particular, o desenvolvimento brasileiro sofreria estrangulamentos pela permanência de privilégios de classe, sendo que esses privilégios alcançavam permeabilidade e forma na política de clientela no âmbito do Estado.

A questão do Desenvolvimento brasileiro assume no autor dois níveis distintos, mas complementares, um teórico global centrado na racionalização dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais e, outro empírico de análise dos progressos e obstáculos presentes no Brasil. Haveria uma relação quantitativa e qualitativa no desenvolvimento, onde as expressões econômicas estariam em interdependência com as expressões políticas, culturais e sociais em sentido mais amplo.

O fator prático ou empírico extraído daí se vincula a necessidade de pensar e implantar o planejamento estatal, associado à reforma no âmbito político (no Estado) como o principal gerador de transformações sociais no país, no caso em particular, promover o tão propalado desenvolvimento brasileiro (econômico, político, social e cultural).

Ainda que o desenvolvimento possa ser entendido num sentido global para Jaguaribe, a forma interna deste processo no Brasil estaria vinculada a atuação, em situação de interdependência, das diferentes classes sociais ou frações da sociedade que conseguiram imprimir suas demandas e interesses no âmbito do Estado. Mesmo considerando a necessária participação de todas as classes no processo, fica evidente que caberia papel central a burguesia industrial para a transição de uma situação de semicolonialismo para a de desenvolvimento nacional.

Partindo de um aporte Weberiano e um lado, e de uma lógica dualista estrutural (arcaico e moderno) de outra, o autor evidencia que as transformações em prol do desenvolvimento decorreriam da atuação de todos os setores e classes da sociedade brasileira interligada por suas respectivas situações de classe nas diferentes dimensões (econômica, política, social e cultural). Neste sentido o debate e/ou luta deveria se dar menos entre classes e mais no interior das classes.

As questões acerca do desenvolvimento e do nacionalismo via planejamento estatal, ou seja, a reforma na esfera da política (Estado) como fundamental para este processo caracterizou o fundamento pelo qual Jaguaribe de um lado, discordava dos nacionalistas mais radicais ao afirmar que a utilização do capital estrangeiro é central para a promoção do desenvolvimento nacional. O capital estrangeiro não seria uma força oposta ao nacional, mas sim apenas uma força externa. Mais uma vez este argumento reforça a dimensão global que o autor quer dar ao desenvolvimento, mesmo quando analisado na particularidade, como no caso do desenvolvimento brasileiro.

A forma e conteúdo da reforma política necessária a este processo se daria pela transição do Estado Cartorial, centrado no clientelismo e com isto, reiterador do atraso brasileiro. Já o Estado Funcional marcaria uma política ideológica voltada para o nacional, ainda que não visto em oposição ao investimento estrangeiro. A ideologia nacional tem uma força de eficácia e objetividade assumidas nas formas institucionais fundamentais ao desenvolvimento do país.

Por fim, mas não esgotando o debate sobre o autor, há íntima relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político assume uma dupla condição, uma geral, enquanto

desenvolvimento global e, outra particular, ou seja, como movimento inerente a realidade cultural de um determinado país. Nesta segunda parte do movimento, poderia se dizer que ao ocorrer como particularidade, ocorreria simultaneamente como realização também do global, porém com as possibilidades de progressos e estrangulamentos dados no plano interno.

Daí que no livro “Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político” há a defesa da escolha do modelo nacional capitalismo como a trajetória a ser percorrida pelo Brasil. Do ponto de vista típico ideal, haveria duas forma de engendrar o capitalismo, uma espontânea vinculando o desenvolvimento ao livre movimento do mercado. Outra que o autor chama de Bismarchiana², onde a atuação do planejamento estatal é fundamental, ou seja, o desenvolvimento, inclusive o econômico, estaria em relação de interdependência com o da política. Porém, para a existência do nacional capitalismo é preciso que já se tenha em curso no país um desenvolvimento econômico com a liderança do empresariado burguês e de um Estado fortemente atuante no planejamento. Ambos os tipos expressariam tipos globais de racionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cardoso e Jaguaribe acabam por apresentar abordagens sociológicas e políticas que visam interpretar o desenvolvimento, ou necessidade de desenvolvimento brasileiro (e latino americano), ainda que por meio de influência de análises e teorias europeias, a partir da particularidade regional em que se inseria a análise, ou seja, interpretar a partir da América Latina os processos pelos quais a própria região vinha passando trouxe especificidades nas respectivas obras dos autores. Cada um ao seu modo acabou por estabelecer alguma originalidade nas análises feitas.

Cardoso reforça a ideia de utilização da dialética marxista como principal procedimento teórico-metodológico e enfoca a análise na dimensão da política pela valorização dos pactos executados entre as classes (elites econômicas e políticas) no plano endógeno e exógeno. Ao fazer isto acaba criticando as abordagens contemporâneas a sua, sejam elas etapistas, marxistas, weberinas e da modernização. Cardoso trás para o centro na análise sobre o desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência a questão da política como principal fundamento e não o econômico.

Ao substituir a centralidade do econômico pelo político o autor não só cria as condições de interpretação da particularidade da América Latina e, do Brasil em particular, como também passa a interpretar sociologicamente o problema do desenvolvimento partindo das regiões focais, ou seja, interpreta a América Latina a partir da própria América Latina.

Jaguaribe também vai estabelecer seu modelo interpretativo a partir da América Latina, ainda que sobre grande influência das abordagens teóricas germânicas e relaciona o problema do econômico ao problema da política, todavia, a partir do movimento da burguesia nacional e do papel planejador do Estado. No entanto, seu nacionalismo não é excludente com o capital estrangeiro, sendo este último apenas visto como de fora, porém, necessário ao desenvolvimento nacional.

Ainda que Cardoso vá repercutir (sua interpretação – teoria) mais no Brasil, na América Latina, mas também na América do Norte e Europa que Jaguaribe, este último também apresentou grandes contribuições para o debate sobre o desenvolvimento no Brasil entre os anos 1950 a 1970. Cada uma a seu modo, acabou por enfatizar a política como principal fundamento para a análise e interpretação sobre o desenvolvimento.

² Duas outras formas são construídas pelo autor, o capitalismo de Estado e o socialismo desenvolvimentista. Esses seriam mais fáceis de implantar, porém mais difíceis de manter. Ao passo que o nacional capitalismo seria mais difícil de implantar, porém mais fácil de manter. Além dos mais, ao passo que o nacional capitalismo seria democrático, o capitalismo de Estado e o socialismo desenvolvimentista seriam autoritários.

BIBLIOGRAFIA

- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) (2000a). Cinquenta anos de pensamento na Cepal (vol 1 e vol 2). Rio de Janeiro.
- _____ (2000b). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Seis Interpretações sobre o Brasil. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, No. 3, 1982, pp. 269 a 306.
- CARDOSO, Fernando Henrique E FALETO, Enzo (1970). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 7º ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. RJ.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1971). Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____ (1993). As ideias e seu lugar. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____ (1995). Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. Revista de Economia Política, vol.15 n. 4 (60), outubro-dezembro.
- FERNANDES, Florestan (1981). Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- FURTADO, Celso (1978). Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2008). Economia do desenvolvimento (curso ministrado na PUC-SP em 1975). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.
- _____ (2009). Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.
- IANNI, Octavio (1986). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. RJ: Editora Civilização Brasileira.
- _____ (2002). Tipos e mitos do pensamento brasileiro. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n.7, janeiro-junho.
- JAGUARIBE, Hélio (1953). “A crise brasileira”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP.
- _____ (1954). “Situação política brasileira”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP.
- _____ (1956a). “Para uma política nacional de desenvolvimento”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5. Rio de Janeiro: IBESP.
- _____ (1956b). *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Coleção Fórum Roberto Simonsen.
- _____ (1958a). *Condições institucionais ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB.
- _____ (1958b). *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.
- _____ (1968). *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. “O ISEB e o desenvolvimento nacional” In: TOLEDO (2005), Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan.
- MARX, Karl (1991). Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Nova Cultural, (Coleção Os Pensadores).
- OLIVEIRA, Francisco (1988). A economia brasileira: crítica à razão dualista. Rio de Janeiro. Vozes.
- RODRÍGUEZ, Octavio (2009). O estruturalismo Latino-Americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TOLEDO, Caio Navarro (1982). *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática.
- _____ (org) (2005). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan.
- WEFFORT, Francisco (2006). Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. Editora Ática.